



## Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Rosa Maria Araújo de Castro*  
VEREADORA

EXMO. SR.

VEREADOR GERALDO BICALHO CALÇADO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

NESTA

*Cópia aos Vereadores Sebastião An-  
tonietto e Fernando Fagundes.  
Uba-MG, 05/10/98*

*Calçado*  
Vereador - Geraldo Bicalho Calçado  
PRESIDENTE DA CÂMARA

REF. PROJETO DE LEI Nº 15/98

"Dispõe sobre a inclusão de Estudos Bá-  
sicos de Direitos Humanos nas Escolas Municipais de 1º Grau, como conteúdo curricular e dá outras providências".

Senhor Presidente:

Agradecendo a gentileza da concessão do Projeto de Lei em evidência, valho-me da presente para externar algumas considerações sobre a proposição em evidência.

Inicialmente, quer nos parecer que a providência sugerida pelo Vereador Fernando Fagundes não é inédita, havendo, atualmente, proposição semelhante no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa, através do Projeto de Lei nº 1.237/97.

Nesse sentido, cabe salientar que examinando o referido projeto de lei em curso naquela Casa Mineira, a Comissão de Constituição e Justiça da ALEMG deu-lhe parecer favorável, conforme publicação no "Minas Gerais", Caderno I, datado de 1º de outubro de 1997.

Não se pode perder de vista, também, que a Lei nº 9.394, de 20/01/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), prescreve que a educação é dever da família e do Estado e se inspira "nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana" (art. 2º), estabelecendo, ainda, que os conteúdos curriculares da educação básica deverão difundir os "valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democrática", conforme art. 27.

Por outro lado, conforme o parecer trazido a comentário, da responsabilidade da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, temos que, em proposição semelhante, extrai-se o seguinte entendimento: "Ademais, atende"



## Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Rosa Maria Araújo de Castro*  
VEREADORA

perfeitamente aos preceitos da Lei de Diretrizes e Bases, conforme já assim assinalamos, cumprindo ressaltar, ainda, que, nos termos do art. 9º, IV, c/c o art. 26 do citado ordenamento federal, cada sistema de ensino (ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios) comporá os seus currículos escolares tendo em vista as características culturais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, observada uma base curricular nacional comum, a ser estabelecida pela União, em colaboração com os demais entes federados".

Por outro lado, não podemos deixar no esquecimento que o Programa Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, amplamente discutido com a sociedade civil, adota como uma de suas diretrizes a curto prazo na área de "Educação e Cidadania- Bases para uma cultura de Direitos Humanos" "criar e fortalecer programas de educação para o respeito aos direitos humanos nas escolas" de primeiro, segundo e terceiro grau, através do sistema de temas transversais nas disciplinas curriculares, atualmente adotado pelo Ministério da Educação e do Desporto, a através da criação de uma disciplina sobre direitos humanos".

Ainda como diretriz a curto prazo do Programa Nacional de Direitos Humanos temos "apoiar a criação e desenvolvimento de programas de ensino que tenham como tema central a educação em direitos humanos".

Na mesma linha de coerência do projeto de Lei em trâmite nessa Casa, que busca um destaque especial e individualizado da educação para os Direitos Humanos, não podemos perder de vista, também que na I Conferência Internacional de Direitos Humanos realizada no Dia 17 de setembro de 1997, em Brasília, incentivou-se a adoção de providências como essa aqui discutida, conforme publicação no "Jornal do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil", nº 57.p. 03, 1997.

Em sua apreciação, o douto parecer da Secretaria Municipal de Educação e Cultura conclui pela prejudicialidade da matéria ao argumento de que "Noções de Direitos Humanos" já estavam sendo ministradas na disciplina de Ética.

Em verdade, é de clareza solar que Ética significa, bastando que para tanto se confira os dicionaristas, a ciência dos deveres, da moral ou no abalizado dizer de Aurélio Buarque de Holanda, "o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto".

Por outro lado, numa perspectiva deontológica, o estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral; um tratado de deveres.



## Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Rosa Maria Araújo de Castro*  
VEREADORA

Já os Direitos Humanos tratam-se de tema atualíssimo, dentro de uma abordagem mais global e sistêmica, cada vez mais prestigiado pela sociedade em geral e pelas Academias, a ponto de já se constituir em disciplina autônoma nos cursos de Direito, não guardando transversalidade literal com a Ética, porque questão essencial concernente aos direitos básicos da pessoa humana, na medida em que traduzem, no dizer do eminente Ministro Celso de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a expressão concreta dos valores fundamentais do homem, reconhecidos em favor das pessoas, qualificando-se como prerrogativas jurídicas ativas que lhe são essencialmente inerentes e indisponíveis".

Em síntese, as "Noções de Direitos Humanos", numa perspectiva mais progressista e menos reducionista tem vinculação com a preservação dos valores fundamentais que protegem a essencial dignidade da pessoa humana.

Abordando o tema, a Porf<sup>a</sup>. Lúcia Resende, especialista em Educação e Ciências da UNESCO, expondo na referida Conferência sobre "Educação para os Direitos Humanos", expôs que essa disciplina, de forma autônoma nas escolas contribui para o resgate e a reabilitação da pessoa humana: "Esse resgate, nas mais diferentes formas, deve ter base a estrutura familiar, a escola, o local onde vive a pessoa".

Por tudo isso, fiel ao tempo histórico, aos reclamos da modernidade e à pertinência técnica-doutrinária da proposição, sou favorável à sua aprovação.

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa", da Câmara Municipal de Ubá, aos 05 de outubro de 1998.

Cordialmente,

VEREADORA ROSA MARIA ARAÚJO DE CASTRO

- PMDB -